

Pobreza: o que pensam os estudantes do Ensino Médio e do curso de Pedagogia

Poverty: What High School students and Undergraduate Education majors think

Pobreza: ¿qué piensan los estudiantes de Enseñanza Secundaria y del curso de Pedagogía?

Sonia Bessa

Universidade Estadual de Goiás

soniabessa@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9857-6523>

Maria Belintane Fermiano

Universidade Estadual de Campinas

maria.belintane@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-6966-1996>

RESUMO

A pobreza e a desigualdade são fenômenos que não podem ficar invisíveis e naturalizados pela sociedade, por isso a necessidade de colocá-los em evidência. Esta investigação identificou e descreveu as representações de 122 estudantes do curso de Pedagogia e do Ensino Médio sobre pobreza e desigualdade social. Os estudantes pertencem aos níveis socioeconômico baixo e médio de instituições de ensino da cidade de São Paulo. Foram observadas respostas de conteúdos similares nos dois grupos, mas diferenças quanto ao gênero, ocupação, idade, formação e nível socioeconômico. As representações quanto à compreensão do sistema econômico demonstram ser fragmentadas e descontextualizadas, impedindo a compreensão da problemática da pobreza, da desigualdade e dos diversos fatores sociais e políticos que se interrelacionam. A pobreza e a desigualdade social são consideradas pelos estudantes um fenômeno natural, necessário e inerente às sociedades, que sempre existiram e vão continuar a existir, pois há um grupo de pessoas destinado a ser rico e outro a ser pobre, um domina e o outro é naturalmente dominado.

Palavras-chave: Pobreza. Desigualdade social. Representações sociais. Estudantes.

ABSTRACT

Poverty and social inequality are phenomena that cannot be invisible and naturalized by the society, so it is necessary to highlight them. This research identified and described the representations of 122 students of Pedagogy course and high school about poverty and social inequality. They belong to the low and medium socioeconomic levels and they study in educational institutions of São Paulo city. Similar content responses were observed in both groups of students, but there were differences regarding gender, occupation, age, formation

and socioeconomic level. Representations regarding the understanding of economic system prove to be fragmented and decontextualized, hindering the understanding of the problem about poverty, inequality and the various social and political factors that interrelate. The students considered poverty and social inequality as a natural phenomenon, necessary and inherent in societies in general, have always existed and will continue to be so, for there is a group of people destined to be rich and another poor, one dominates and the other is naturally dominated.

Keywords: *Poor. Social inequality. Social Representations. Students.*

RESUMEN

La pobreza y la desigualdad son fenómenos que no pueden estar invisibles y naturalizados ante los ojos de la sociedad, por lo que es necesario estudiarlos. Esta investigación identificó y describió las representaciones sociales de 122 estudiantes del curso de Pedagogía y de la Enseñanza Secundaria sobre la pobreza y la desigualdad social. Los estudiantes pertenecen a los niveles socioeconómicos bajo y medio de las instituciones educativas en la ciudad de São Paulo. Se observaron respuestas con contenidos similares en ambos grupos, sin embargo, hubo diferencias en cuanto a género, ocupación, edad, educación y nivel socioeconómico. Según los resultados las representaciones con respecto a la comprensión del sistema económico parecen estar fragmentadas y descontextualizadas, lo que impide la comprensión del problema de la pobreza, la desigualdad y los diversos factores sociales y políticos interrelacionados. Los estudiantes consideran que la pobreza y la desigualdad social son un fenómeno natural, necesario e inherente a las sociedades, siempre han existido y seguirán siéndolo, porque hay un grupo de personas destinadas a ser ricas y otras pobres, unas dominan y otras son dominadas naturalmente.

Palabras clave: *Pobreza. Desigualdad social. Representaciones sociales. Estudiantes.*

Introdução

A pobreza é um fenômeno social complexo, compromete fortemente o desenvolvimento econômico, cultural, político e social de um país e atinge milhões de pessoas no mundo inteiro. Ela obriga as pessoas a viverem expostas a todo tipo de marginalidade e demonstra a desigualdade de um país. A pobreza pode ser expressa em vários níveis: renda, cultura, escolaridade, raça, gênero, além da carência de recursos que deveriam ser básicos e promover cidadania e dignidade à vida humana.

Para Sen (2017, p.10), “vivemos em um mundo de privação, destituição e opressão”. Para o autor, convivemos com “a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fome crônica [...] e ameaças cada vez mais graves ao meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social”. Essas

privações podem ser encontradas, sob diferentes formas, tanto em países ricos como em países pobres.

“Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” é o primeiro objetivo da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável¹. Erradicar a pobreza também foi a primeira meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM, Assembleia do Milênio-2000). Ao explicitar “em todas as formas e em todos os lugares” o conceito de pobreza proposto pela ODS amplia a noção de pobreza incluindo o desenvolvimento das pessoas.

Para Salmón (2007), a compreensão do fenômeno da pobreza é controversa e complexa porque aborda diversos problemas e dimensões, não se tratando de um conceito estático. Essa autora esclarece que o conceito de pobreza tinha uma abordagem puramente econômica e era entendido como falta significativa de recursos. “Ao final de 1970, o enfoque foi no ‘direito ao desenvolvimento’. Surge uma nova ordem econômica internacional cujo desenvolvimento passa a ser “um direito inalienável de todos os seres humanos” (SALMÓN, 2007, p. 2). “Por volta do ano 2000 e sob a influência do Banco Mundial, o conceito de pobreza ultrapassa a concepção tradicional relacionada à baixa renda e ao consumo: engloba também outros padrões como saúde e educação” (SALMÓN, 2007, p.3).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD - define a pobreza como uma situação que impede o indivíduo ou sua família de satisfazer uma ou mais necessidades básicas e participar plenamente da vida social. Nesse contexto, essa definição de pobreza é um fenômeno econômico, mas preconiza a existência de dimensões sociais, políticas e culturais. Segundo Oliveira,

O PNUD trabalha com o conceito de pobreza humana, ou seja, a insuficiência de capacidades humanas básicas: analfabetismo, desnutrição, baixa esperança de vida, saúde materno-infantil precária e acometimento de doenças preveníveis, dentre outras (2005 p.7).

Para Oliveira (2005), a pobreza humana não se restringe à falta de renda, pois tem diversas faces, indo além da economia e das finanças. Trata-se de um fenômeno multidimensional. Sob essa perspectiva é imprescindível saber a porcentagem da população que vive menos de 40 anos (privação de não ter uma vida longa e saudável); porcentagem de crianças abaixo do peso (não ter um nível digno de vida) e, para isso, são

¹ ODS: os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas a serem implementadas entre 2016-2030 são um conjunto de programas, ações e diretrizes para orientar as Nações Unidas e seus países membros para acabar com a pobreza, proteger o planeta e assegurar a paz e prosperidade para todos.

necessários métodos indiretos para medição utilizados para saber qual o Índice de Pobreza Humana – IPH.

Oliveira (2005) explica que, quando o conceito de pobreza de renda é adotado, são definidos: a pobreza extrema (ou indigência), que é a falta de renda para atender às necessidades alimentares básicas, e a pobreza geral, quando a renda é insuficiente para satisfazer o conjunto de necessidades essenciais, contemplando tanto as necessidades não-alimentares como as necessidades alimentares.

O padrão internacional para a pobreza extrema ou indigência define como pertencente a essa categoria pessoas cuja disponibilidade diária de renda seja de uma soma equivalente a ou abaixo de US\$ 1 PPC (um dólar, medido pela paridade do poder de compra - PPC), por dia (OLIVEIRA, 2005).

Sen (2017) amplia o conceito de pobreza e o relaciona com a privação de capacidades cujo impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional.

Embora seja importante distinguir conceitualmente a noção de pobreza como inadequação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda, essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades (SEN, 2017, p.121).

Para Sen (2017), quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance de superar a penúria. Ocorre uma elevação da qualidade de vida e aumenta o potencial de a pessoa auferir renda e assim livrar-se da pobreza medida pela renda. “Um aumento de capacidade ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos pungentes” (SEN, 2017, p.126).

Para Delval (1998), é no contexto escolar e social que as novas gerações são inseridas na construção do pensamento científico e no conhecimento da cultura, além de ocorrerem oportunidades de confronto de ideias, desenvolvimento da autonomia, construção da democracia e da cidadania.

A realidade exterior não se apreende por transmissão, mas por um processo de interação entre o meio e o indivíduo. É a vivência em sociedade que oportuniza a construção dos significados sociais e as representações do mundo ao qual integra. Estudos de Denegri, Cabezas, Páez, Vargas y Sepúlveda (2009) assinalam que a confrontação e o reconhecimento dos problemas do entorno econômico e social podem estimular as pessoas na construção do juízo crítico tão necessário à construção da cidadania.

É papel das universidades estimular o desenvolvimento do pensamento crítico que constitui a base da participação cidadã na perspectiva pessoal e profissional. Para tanto, torna-se importante saber o que pensam as pessoas, os estudantes, até a mídia sobre a pobreza e a desigualdade social, como as pessoas se autoidentificam quanto ao seu próprio nível socioeconômico e quais atitudes e ações podem ou não contribuir para um mundo com menos pobreza e desigualdade.

Estudos pioneiros, a partir de 1950, investigaram conceitos sociais relacionados ao dinheiro, lucro, funcionamento bancário, pobreza, desigualdade social, mobilidade econômica, rico, pobre, trabalho, distribuição de riqueza, consumo, utilização do dinheiro, etc. Os resultados demonstraram como os participantes (crianças, adolescentes e adultos) representavam a realidade e o funcionamento do sistema econômico e político. Entre eles, destacam-se Danziger (1958); Connell (1970); Delval et al. (1971); Baldus e Tribe (1978); Leahy (1981); Burris (1983); Berti e Bombi (1988); Burgard, Cheyne e Jahoda (1989); Emler, Ohana e Dickinson (1990); Delval (1994); Denegri (1995); Denegri; Delval; Ripol; Palavecinos e Keller (1998), Denegri; Keller; Palavecinos; Ripol e Delval (1998); Amar, Abello e Llanos (2000); Amar, Abello, Denegri e Llanos (2002); Chafel (1997); Denegri; Gaete; Aravena; Rojas; Gomes e Vargas (2010). No Brasil, alguns estudos pioneiros se destacam: Araújo (2009); Bessa (2008); Cantelli (2009); Fermiano (2010); Bessa, Fermiano e Denegri (2014).

Esta pesquisa teve como objetivo levantar as representações sociais de estudantes do ensino superior e médio, de nível socioeconômico baixo e médio, sobre o significado de “ser pobre”, como percebem a desigualdade entre ricos e pobres e como se autoidentificam quanto ao próprio nível socioeconômico.

Metodologia

Esta é uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa, com desenho descritivo comparativo. Foi constituída amostra de 122 estudantes, sendo 62 do ensino superior de instituição de ensino privada, localizada na região sul de São Paulo, de nível socioeconômico baixo, do primeiro ano do curso de Pedagogia; e 60, do 2º e 3º anos do ensino médio, de nível socioeconômico médio, de colégio particular de alto padrão, da região sul de São Paulo.

Os estudantes do ensino médio têm idade entre 15 e 18 anos, 31 meninas e 29 meninos e nenhum exerce atividade laboral. 31 são do 2º ano e 29, do 3º ano. 15 declaram ter renda de 1 a 3 salários mínimos; 21, de 4 a 5 salários; 14, de 6 a 10 salários e 7 estudantes, com renda superior a 10 salários mínimos. Foram caracterizados nessa investigação como pertencentes ao nível socioeconômico médio.

Os estudantes de Pedagogia têm idade entre 19 e 51 anos, quatro do sexo masculino e 58 do feminino; 57 têm algum tipo de trabalho: 11 já atuam como professores; 35 trabalham em escola, mas não são professores; 11 têm outros tipos de trabalho e 4 procuram emprego. 31 são casados; 22 são solteiros e 9, divorciados. 48 declararam renda de 1 a 3 salários mínimos; 10, de 4 a 5 salários; 2, de 6 a 10 salários mínimos e nenhum com renda superior a 10. Foram caracterizados como pertencentes ao nível socioeconômico baixo.

Resultados e discussão

As respostas foram categorizadas e a análise ocorreu de forma quantitativa. Foram utilizados o teste estatístico do Qui-quadrado e a análise de Correspondência – ANACOR e, para a comparação entre os dois grupos, foi utilizado o teste “T”.

Definição de pobreza

Solicitou-se aos estudantes a definição de “o que é um pobre?” As respostas foram distribuídas em seis categorias, conforme dados apresentados na tabela 1.

Categorias - O que é um pobre	Curso de Pedagogia	Ensino Médio	Total
Vivem no limite financeiro	16,9%	25,6%	42,5%
Lutam pela sobrevivência	10,2%	7,6%	17,8 %
Vivem sem recursos	11,9%	2,5%	14,4%
Excluídos de bens e da sociedade	4,2%	10,2%	14,4%
Pobres de espírito (conformados e obedientes).	5,1%	0,8%	5,9%
Humildes.	2,5%	2,5%	5%
Total	50,8%	49,2%	100%

Tabela 1 - Categorias organizadas a partir da pergunta “o que é um pobre?”

Fonte: Dados organizados pelas pesquisadoras.

Todas as categorias apresentaram similaridade e convergem para alguns pontos: falta de dinheiro ou recursos, luta desesperada para viver e exclusão financeira ou social. Há homogeneidade no discurso dos estudantes.

A categoria com 42,5% (Pedagogia com 16,9% e ensino médio com 25,6%), “pessoas que vivem no limite financeiro” obteve o maior número de respostas que estão relacionadas à sobrevivência com pouco ou quase nenhum dinheiro. As respostas mais frequentes foram: *“quem vive somente de um salário mínimo ou nenhum”*; *“pessoa com situação financeira instável”*; *“é sofrer para pagar as contas com um salário mínimo ao final do mês”*; *“aquele que enfrenta dificuldades financeiras como sobreviver com o salário mínimo”*; *“pessoa que não tem estabilidade financeira”*; *“pessoa que tem pouco dinheiro”*; *“pede dinheiro emprestado para comprar o leite do filho”*; *“pessoa que ganha um salário mínimo por mês ou nenhum”*; *“não tem dinheiro”*; *“vive com suas contas na ponta do lápis; muitas vezes não possui casa própria, tem que andar de ônibus para o trabalho”*; *“aquele que desistiu de sonhar e de buscar meios para realizar os seus sonhos”*.

A “luta pela sobrevivência” foi a segunda categoria com 17,8% das respostas. Caracteriza-se por luta difícil pela sobrevivência com poucos bens e recursos financeiros e pela perseverança das pessoas que continuam lutando, mesmo diante das adversidades. Algumas respostas enfatizam o aspecto da exclusão, pois, embora essas pessoas lutem desesperadamente, só conseguem o básico para viver (alimentação e vestuário), o que os torna excluídos de obterem bens, como carro, casa, lazer, cultura, etc.

As respostas de estudantes do curso de Pedagogia, sexo feminino, denotam luta pela sobrevivência e, em segundo plano, aparece o sentido da exclusão: *“a pessoa que batalha para viver”*; *“uma pessoa que luta para sobreviver, manter as contas em dia, trabalha para se sustentar”*; *“trabalhador sem condições de adquirir uma casa, um carro, lazer, cultura, sem oportunidades de pagar pelo que deseja ou sonha”*; *“pobre é aquele que batalha dia a dia enfrenta humilhações no trabalho no seu trajeto de ida e volta e em várias situações de sua vida para não deixar faltar o alimento”*; *“é um grupo de baixa renda que sempre luta para sobreviver na sociedade atual”*; *“um ser humano batalhador que pensa todos os dias em como driblar o preconceito da sociedade”*; *“lutador, batalhador, corre e geralmente não consegue progredir conforme suas necessidades básicas pedem”*. É possível que o grupo do curso de Pedagogia, composto quase que exclusivamente por mulheres, que estão no mercado de trabalho e com idade média de 32 anos, sintam-se mais excluídos da possibilidade de conseguir bens duráveis.

As respostas de estudantes do ensino médio são similares, mas o sentido de exclusão é menos acentuado: “consegue as coisas com muito esforço, não poder comprar tudo o que precisa”; “uma pessoa que luta todos os dias para poder ganhar tudo que deseja, com dividas ou não”; “uma pessoa que tem poucas coisas, conquista essas coisas com suor do seu trabalho”; “alguém que luta pra sobreviver e não morrer de fome”; “alguém que tem que batalhar muito para conseguir o que quer porque não tem muitas oportunidades na vida”; “que luta por ter alimento todos os dias”; “sempre se esforça para tudo na vida”.

A terceira categoria encontrada foi “vivem sem recursos”, e está relacionada à escassez de bens, recursos e condições de vida adequadas. 14,4% dos estudantes colocaram essa resposta para definir uma pessoa pobre. 11,9% do curso de Pedagogia e 2,5% do ensino médio. Nessa categoria, diferentemente das anteriores, não há menção ao dinheiro ou trabalho, mas ressalta-se a escassez de bens para garantir o mínimo de sobrevivência ou condições de vida precárias. O curso de Pedagogia respondeu: “uma pessoa sofredora, que vive com muito pouco”; “pessoas que moram em condições inadequadas”; “pobre é a pessoa que tem poucas condições e que depende de oportunidades para crescer”; “não supre as suas necessidades do dia a dia, que tem pouco ou quase nada”; “um indivíduo que não tem o que comer”; “pessoa com poucas condições financeiras e que passa por muitas privações”; “alguém que, na maioria dos casos, vive em uma miséria, que não tem onde morar e principalmente o que comer e não consegue se auto sustentar”.

A quarta categoria, “excluído de bens e da sociedade”, expressa a ideia de que as pessoas pobres são, de alguma forma, excluídas, não têm onde morar, não têm opção de lazer, não conseguem se inserir na sociedade, falta reconhecimento social, são menos favorecidas financeiramente, não têm oportunidades. 10,2% dos estudantes do ensino médio utilizaram essa categoria para descrever o que é um pobre e 4,2% dos estudantes de Pedagogia. É possível que os adolescentes sejam mais sensíveis à exclusão do grupo do que mulheres adultas.

As duas categorias com menor índice de respostas foram: “pobres de espírito” com 5,1 % e 0,8% e “humilde” com 2,5% e 2,5%, para o curso de Pedagogia e ensino médio, respectivamente. Pobre de espírito foi mencionado, quase que exclusivamente, por estudantes de Pedagogia, de nível socioeconômico baixo, dando a ideia de que o pobre de espírito é a pessoa conformada, resignada, que aceita as dificuldades da vida. Denota conformidade e fatalismo. As respostas emitidas por mulheres do curso de Pedagogia

foram: “pessoas que são pobres de espírito, mas ainda têm condições de viver como um cidadão”; “pobre é uma pessoa trabalhadora, humilde e às vezes conformista, às vezes luta pelo futuro”; “os que obedecem, não têm o que quer e sim o que é preciso”; “a pessoa que não teve a mesma oportunidade que o rico ou teve e não aproveitou, também há muitos que se conformam e não mudam”; “pobre é aquele que tem atitudes de pobreza extrema dos outros; “pobre é aquele que tem falta de tudo o que é necessário para viver”.

Algumas diferenças chamam a atenção quanto ao gênero na conceituação de pobreza. Na categoria “vive no limite financeiro”, 66% das mulheres optaram por esse tipo de resposta e, somente 34% dos homens. Na categoria “exclusão”, também houve predominância das mulheres, com 58% contra 42%. Na categoria “sem recursos” 100% foram mulheres. “Luta pela sobrevivência” representou 86% de respostas femininas.

Parece que a falta de dinheiro e recursos, a exclusão e a luta pela sobrevivência são mais perceptíveis entre as mulheres do que entre os homens. 66% das mulheres do curso de Pedagogia, inseridas no mercado de trabalho, nível socioeconômico baixo, optaram por “humilde” e 86%, por “pobre de espírito”.

Não existe uma percepção entre as estudantes de que “ser pobre” esteja relacionado com privação de capacidades básicas, conceito introduzido por Amartya Sen. Para Sen (2017, p. 120), “a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas, em vez de meramente como baixo nível de renda”, o que não envolve nenhuma negação da ideia de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, “pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa [...] e uma forte condição predisponente de uma vida pobre” (SEN, p. 120).

Nessa mesma perspectiva, Oliveira (2005) afirma ser comum que pessoas desempregadas sofram danos psicológicos, perdendo a motivação para o trabalho, as habilidades e a autoconfiança. Há perturbações nas relações familiares e na vida social. Num caso desses, dentre outros problemas, ainda há a intensificação do processo de exclusão social.

Verificam-se algumas diferenças entre as representações de pobreza dos estudantes de Pedagogia e as do ensino médio, em decorrência da idade, gênero e do nível socioeconômico, no entanto persiste a ideia de que pobre é aquele que não tem dinheiro. Esse é, segundo Sen (2017, p.120), o “critério tradicional de identificação da pobreza. [...] uma renda inadequada é, com efeito, uma forte condição predisponente de uma vida pobre”.

Uma representação que se destaca entre os estudantes do ensino médio é a de que a pessoa pobre está privada de “reconhecimento social, sofre preconceito e não tem status”. O sentimento de pertencimento e visibilidade social é muito importante para adolescentes entre 15 e 18 anos. Os estudantes reconhecem um pobre como alguém que trabalha muito, passa por necessidades e privações, tem uma vida de dificuldade, estuda em escola pública, passa fome e todo tipo de privação, anda de ônibus e não tem plano de saúde, mas o pior de tudo isso é que está excluído socialmente.

A categoria que descreve a característica da pobreza como “falta de recursos” foi predominante no curso de Pedagogia e a pobreza como “exclusão social”, no ensino médio.

Desigualdade social

Quando os estudantes responderam se “acreditam na continuidade de ricos e pobres”, além do “sim” e do “não” como respostas, houve a terceira categoria, o “não, com justificativa”. 63,3% das respostas são das categorias de resposta “não” e “não, com justificativa”. Somente 36,7% alegam a coexistência de ricos e pobres, sendo que 27,5% são estudantes do ensino médio, como pode ser verificado na tabela 2. No teste T para amostras emparelhadas, verificou-se diferença significativa ($T=6,820$ $gl=119$, $p=000$).

Acredita ter que continuar existindo ricos e pobres	Curso de Pedagogia	Ensino Médio	Total
Sim	9,2%	27,5%	36,7%
Não	22,5%	12,5%	35,0%
Não, mas...	18,3%	10,0%	28,3%
Total	50%	50%	100%

Tabela 2 – Percepção dos estudantes sobre a coexistência de ricos e pobres

Fonte: Dados organizados pelas pesquisadoras.

Ao analisar as justificativas apresentadas para o “não”, aparecem argumentos baseados na dignidade humana, na classe social, na estrutura da sociedade e outros com enfoques mais deterministas, que são mais evidentes no grupo do ensino médio do que no do curso de Pedagogia. Há diferenças quanto ao nível socioeconômico. Estudantes de nível socioeconômico médio parecem estar mais propensos a crer numa sociedade organizada por classes com pobres e ricos coexistindo, de forma pacífica, considerando natural um servir ao outro.

Para um grande número de estudantes, é como se fosse impossível dar explicações para a desigualdade social: “*Sempre foi assim, mesmo que eu queira não vai mudar*”. Algumas respostas relacionam uma hierarquia ocupacional: “*O rico precisa do pobre e o pobre precisa do rico*”. No quadro 1, seguem as principais respostas dos estudantes.

Curso de Pedagogia	Ensino Médio
<ul style="list-style-type: none"> - Não, penso que a sociedade tem que procurar mudanças para que tornem as pessoas dignas. - Não, mas o sistema em que vivemos vai continuar assim. - Não, acho que deveria ser melhor a distribuição de renda. - Não, e educação visa igualdade social, porém acho que sempre vai ser assim. - Não, mas o país não tem organização ou estrutura para mudar essa realidade. - O pobre serve o rico, mas também o rico serve seus investimentos, e assim é o círculo da vida. - Não tem como mudar isso. - Nem se eu quisesse, sempre iriam ter ricos e pobres. - Não, faz parte de um mundo capitalista: Classes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Talvez seja melhor! Mas não acredito no mundo totalmente igual para todos. - Não, mas é algo que não conseguimos evitar, pela má estrutura da sociedade. - Não defendo uma sociedade socialista ou comunista, porém acho que o capitalismo não é um sistema eficiente, acredito que essa caracterização e distinção entre ricos e pobres não deveria existir, mas não vai mudar. - Não, o mundo necessita apenas de pessoas batalhadoras, independentemente do que tiver. - É, Se não tiver pobre, como que o Brasil vai para a frente sem os garis, pedreiros, e etc. - Não sei, talvez por um lado sim, se não o mundo não vai para frente; por outro, não é justo que pessoas passem por tantas dificuldades. - Não tem outro jeito, sempre uma pessoa vai ter mais que a outra. - Não acredito que tenha que ter, mas não é justo. Já que nem todos são iguais. - Não, a desigualdade em minha opinião sempre vai ter o que não significa que a pobreza tem que continuar existindo.

Quadro 1 – Justificativas para “Acredita que tem que continuar existindo pobres e ricos?”

Fonte: Dados organizados pelas pesquisadoras.

Nas respostas dos estudantes, verifica-se a percepção de estratos econômicos diferentes, não está presente a ideia de poder e exploração nas sociedades capitalistas e a desigualdade social é considerada como normal e necessária. Algumas respostas aproximam-se de determinismo social. Em nenhuma das respostas a existência de desigualdade se justifica como produto de variáveis históricas econômicas e de relações de poder e dominação. Para Ribeiro (2015), a identidade estigmatizada de pobre é um legado da opressora e desumana colonização portuguesa. Junior e Ximenes (2016, p. 82) corroboram com essa perspectiva:

Esses processos de constituição da identidade social estigmatizada de pobre tem uma origem histórica, desde a influência do catolicismo na estruturação societária da maioria dos países da América Latina até o modelo neoliberal implantado, inicialmente, pelos governos ditatoriais latino-americanos. Esses papéis sociais construídos historicamente que permeiam a realidade social, igualmente, podem constituir a identidade pessoal, aprisionando novas possibilidades de manifestação identitária que, possivelmente, seriam inovadoras e resistentes a essas formas de reconhecimento perverso.

Os estudantes, em especial os do ensino médio, ao analisarem os estratos sociais, incorporam fatores psicológicos e comportamentos que vão além dos observáveis. Valorizam o esforço individual, mas não estabelecem relações entre os sistemas político, econômico e social, que auxiliam a compreensão da existência de desigualdades como produto de variáveis históricas, econômicas e de relações de poder e dominação. Não incorporam a ideia de oportunidades provenientes dos setores público e privado. Tampouco se verificou interesse pessoal em se envolver em ações que diminuam a desigualdade social.

Para Junior e Ximenes (2016), é necessário conceber a pobreza em sua complexidade, pois ela é constituída também de fatores sociais, políticos e simbólicos, funcionando como uma estratégia de manutenção do *status quo*. Há uma série de práticas, valores e crenças que delimitam o modo de viver das pessoas em situação de pobreza, desenvolvendo essa forma específica de identidade.

Houve diferenças significativas entre as variáveis: formação (ensino médio e curso de Pedagogia), nível socioeconômico, idade, ocupação e gênero. Como as categorias são variáveis nominais, optou-se por analisar as frequências por intermédio de teste Qui-Quadrado e da Análise de Correspondência, também conhecida como ANACOR. A análise de Correspondência é uma técnica multivariada exploratória que trata, em essência, da distribuição de frequências resultantes de duas variáveis qualitativas, buscando mostrar as suas associações em um espaço multidimensional, permitindo representar graficamente a natureza das relações existentes, sendo uma técnica complementar ao teste Qui-quadrado. Os testes estatísticos foram realizados por intermédio do software SPSS 22.0

A análise de correspondência, utilizada nessa investigação, como pode ser visto no gráfico 1, oferece informações de contraste entre relações de categorias de variáveis contingenciadas, de modo que uma relação mais forte entre as duas categorias encontradas, em comparação com outras relações, não pressupõe efeitos de uma sobre a outra.

A análise de correspondência deu origem a duas dimensões para a projeção plana das categorias das variáveis, sendo que, juntas, essas conseguiram representar 97% das variações das distâncias do Qui-Quadrado.

Qualquer uma variável, representada como um ponto na projeção plana, pode ser analisada em separado e caracterizada segundo a proximidade das projeções de todas as outras sobre uma reta que ligue seu ponto característico à origem dos eixos do plano de projeção. Tomando como referência a formação para considerar as demais variáveis, verifica-se que as respostas para a pergunta sobre a coexistência de ricos e pobres estão assim distribuídas: “sim” está muito próximo dos estudantes do ensino médio, ou seja, 27,5% desses estudantes disseram que os pobres devem continuar existindo, enquanto o “não” tem uma proximidade bem maior com o curso de Pedagogia. Pelo gráfico, é possível verificar que as mulheres com renda até 3 salários mínimos do curso de Pedagogia e casadas, tiveram mais respostas “não”; 31,7% das mulheres responderam “não” contra 3,3% dos homens.

Os estudantes de nível socioeconômico mais alto, com renda superior a 3 salários mínimos, do sexo masculino e solteiros em sua maioria, responderam “sim”, o que pode ser verificado pela proximidade desses elementos no gráfico. O “não com justificativas” foi a opção de resposta de algumas mulheres, com renda entre 6 e 10 salários mínimos, casadas e do curso de Pedagogia.

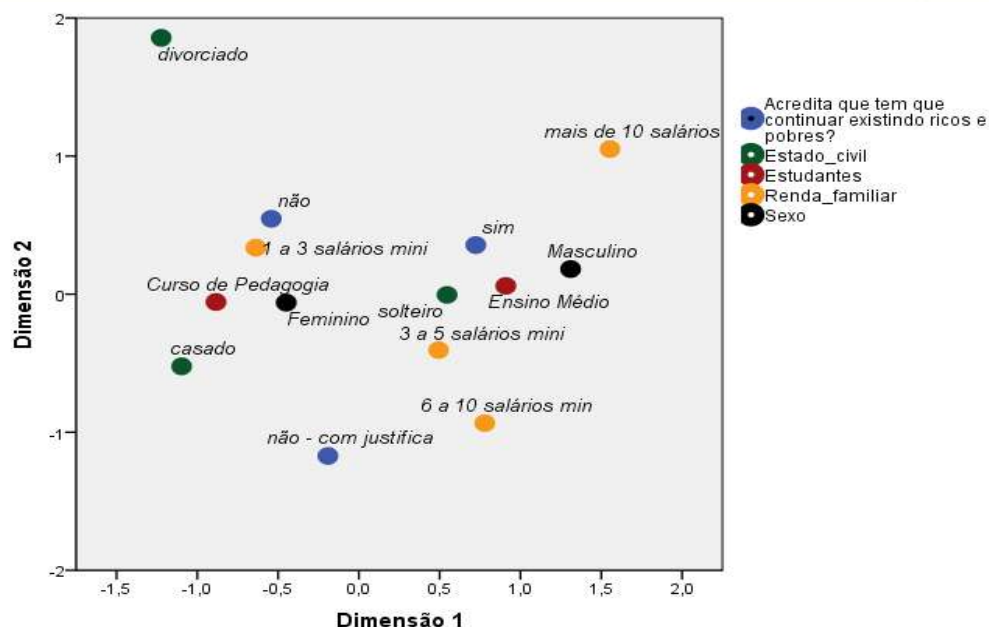


Gráfico 1 - Mapa das relações entre categorias oriundas das variáveis e da questão sobre a coexistência de ricos e pobres.

Fonte: Dados organizados pelas pesquisadoras.

Autoidentificação dos estudantes

A fim de verificar como os estudantes se autoidentificavam, quanto ao próprio nível socioeconômico, foi perguntado: “você é rico ou é pobre?” Os resultados estão descritos na tabela 3. Foi encontrada diferença significativa $p < 0,001$

Você é rico ou é pobre?	Curso de Pedagogia	Ensino Médio	Total
Pobre	17,8%	15,3%	33,1%
Classe média	1,7%	24,6%	26,3%
Pobre, porém rico	17,8%	5,9%	23,7%
Rico (aspectos subjetivos)	12,7%	0,0%	12,7%
Rico (em bens)	0,0%	4,2%	4,2%
Total	50%	50%	100%

Tabela 3 – Como você se define: rico ou pobre?

Fonte: Dados organizados pelas pesquisadoras.

Emergiram dessa questão 5 categorias: “pobre”, “rico (bens)”, “rico (aspectos subjetivos)”, “classe média” e “pobre, porém rico”. Nas categorias “rico (aspectos subjetivos)” e “pobre, porém rico”, aparecem características de bens não mensuráveis (rico em saúde; pobre, mas rico da graça de Deus, etc.).

Em relação à categoria “pobre”, observa-se que 33,1% de estudantes se reconhecem como pobres, tanto do curso de Pedagogia quanto do ensino médio. Contudo, na categoria “pobre, porém rico” a diferença foi bem acentuada: 17,8% e 5,9%, respectivamente. A somatória das duas categorias indica que 57% da amostra é de “pobres”. O curso de Pedagogia concentra a maior parte dos “pobres”, 35,8%.

Os que se declaram como pertencentes à classe média e ricos são predominantemente os estudantes do ensino médio. Nenhum estudante de Pedagogia se declarou rico. Existe uma categoria bem curiosa, “rico (aspectos subjetivos)”, nessa categoria estão aquelas respostas que caracterizam a riqueza como um bem imaterial. Neste caso, a pobreza é vista como uma riqueza espiritual que denota o papel social de conformado, fatalista e crente em Deus: “sou rico da graça de Deus”; “sou pobre, porém esforçada”; “não tenho dinheiro, mas sou rica porque tenho Deus, família, emprego e paz”; “sou rica de saúde, paz, alegria e graça de Deus”; “mesmo não tendo bens, sou rica, tenho espírito de luta, tenho fé em Deus e sou cristã”; “pobre de bens e rico de espírito”; “eu me considero uma pessoa abençoada por ser pobre, porque até aqui Deus tem me ajudado”; “rica porque Deus me dá tudo”; “eu sou rica de saúde e espiritualmente”.

É possível que os estudantes dessa categoria se considerem “pobres”, mas como isso deve incomodá-los de alguma forma, desenvolveram um mecanismo de compensação para minimizar essa condição.

Para Junior e Ximenes (2016), a pobreza é abordada como prática de opressão, desenvolvendo constituições identitárias depreciativas do indivíduo. Esses autores, em pesquisa com moradores de rua, identificaram alguns papéis sociais desenvolvidos por essas pessoas: “são conformados”, “creem que Deus é responsável por tudo”, “assumem o papel de mártir ou se vitimizam”, assumem a postura de “culpados pela situação”. Para Junior e Ximenes (2016), esses papéis sociais permeiam as relações sociais e a identidade, enfraquecendo e depreciando as potencialidades do indivíduo em situação de pobreza.

A maioria dos estudantes que se declarou classe média ou ricos são do ensino médio, com renda maior que 3 salários mínimos, idade entre 15 e 18 anos.

O gráfico 2 apresenta a análise de correspondência, com todas as variáveis gênero, idade, ocupação, formação, estado civil. As duas dimensões conseguiram representar 88% das variações das distâncias do Qui-Quadrado.

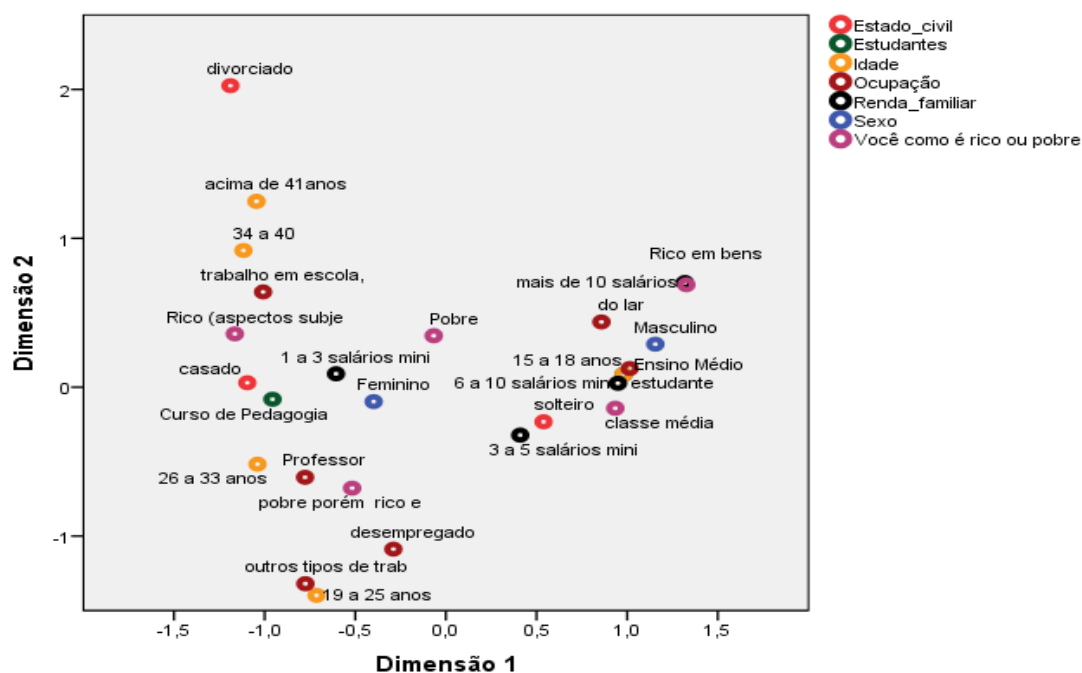


Gráfico 2 - Mapa das relações entre categorias oriundas das variáveis e sobre a identidade dos estudantes quanto a serem ricos ou pobres

Fonte: Dados organizados pelas pesquisadoras.

Tomando como referência o gênero, que está assinalado em azul no gráfico 2, verifica-se que, próximo ao sexo masculino, estão os estudantes do ensino médio, com renda familiar entre 3 e mais de 10 salários mínimos, que se autodeclararam “rico” (bens), têm idade entre 15 e 18 anos, são solteiros.

O item “rico em bens” e “mais de 10 salários mínimos” quase se sobrepõem no gráfico, tamanha a proximidade dessa população na investigação. Já no sexo feminino, concentram-se os de renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos, frequentam o curso de Pedagogia, se declaram “pobres”, “ricos” (aspectos subjetivos), “pobre, porém rico”, com idade entre 19 e 41 anos, são professores ou trabalham em escola.

Em especial, nos estudantes do ensino médio, encontra-se a presença de alguns elementos ideológicos que influenciam o estrato social a que pertencem, valorizando as diferenças para explicar as causas e soluções dos problemas da desigualdade.

Verifica-se, nos dois grupos, a presença de valores morais, porém com certo pessimismo social acerca de soluções para os problemas da desigualdade. Está ausente a compreensão e existência de interesses de grupos de indivíduos que dificultam as mudanças sociais, não se verifica a incorporação de concepções de poder e exploração. Nenhum dos dois grupos preconizam que a mobilidade social e a econômica apresentam obstáculos individuais e sociais, às vezes, intransponíveis. Para que ocorra a mobilidade social, bastam os esforços e qualidades pessoais.

Considerações finais

Pelos resultados apresentados, observa-se a presença de conceitos comuns para a definição de pobreza, tanto para os estudantes de Pedagogia quanto para os do ensino médio. As principais diferenças encontradas foram influenciadas pelo gênero ou nível socioeconômico.

Para os estudantes, pobres são pessoas que não têm casa própria, andam de ônibus, lutam desesperadamente para sobreviver, mal conseguem o alimento necessário, não têm bens materiais, sofrem escassez de recursos para garantir o mínimo de sobrevivência ou condições de vida precárias e, por isso, são excluídas da sociedade. Alguns são vistos como pobres de espírito, porque se acomodam, são resignados e subservientes. Algumas pessoas pobres são identificadas como humildes, contudo são

perseverantes e não desistem, o que denota uma forma de resistência das estudantes mulheres à opressão imposta pela situação de pobreza.

As mulheres de nível socioeconômico baixo mencionam a falta de dinheiro e a luta para sobreviver com pouco ou quase nenhum dinheiro, a situação financeira precária e instável e o endividamento. Alegaram que pessoas pobres são acomodadas diante das dificuldades e algumas também consideraram os pobres como pessoas humildes.

Para os estudantes do ensino médio, uma pessoa pobre não tem reconhecimento social, sofre preconceitos, carece de status e, conseqüentemente, sofre algum tipo de exclusão. Já para os estudantes do curso de Pedagogia, permanece a ideia de pobreza como falta de bens e recursos. Em nenhuma das respostas, verificou-se a pobreza como privação de necessidades básicas, somente como baixo nível de renda. Persiste a ideia de que pobre é aquele que não tem dinheiro, ou seja, recursos e bens.

Os estudantes de nível socioeconômico baixo apresentaram argumentos imateriais, religiosos e pouco realistas para justificar e caracterizar a pobreza e a desigualdade. É uma espécie de justificativa conformista para o estigma da pobreza que marca presença constante em seu dia a dia.

Os estudantes do ensino médio, de nível socioeconômico médio, apresentaram argumentos deterministas, classicistas, primaram pela manutenção da ordem social desigual, mesmo que não estejam conscientes disso.

Junior e Ximenes (2016, p.77), ao falarem sobre a identidade social estigmatizada, citam Zavaleta Reyes (2007). Para os autores, a pessoa em situação de pobreza pode sentir-se humilhada e envergonhada somente por conta de sua condição, enfraquecendo, assim, sua capacidade de enfrentamento da realidade. Dessa maneira, há uma identidade social específica e estigmatizada de pobre, que é formada a partir de papéis sociais que carregam normas de conduta, relativamente estáveis, criadas a partir dos modos de produção de uma sociedade. Eles reproduzem os processos de dominação existentes, construindo-se de forma naturalizada e ideológica como maneira de manutenção de uma ordem social opressora e desigual.

Quanto às questões relacionadas à desigualdade social, dois terços dos estudantes alegaram que não deveriam existir pessoas pobres e apresentaram argumentos baseados na dignidade humana e na igualdade social. Contudo, as respostas negativas baseiam-se em argumentos que justificam a existência de ricos e pobres, distintas classes sociais e como algo que não pode ser mudado. Os estudantes do nível socioeconômico médio

justificaram a existência da pobreza com argumentos baseados na estrutura da sociedade, na desigualdade entre as pessoas e nas classes sociais.

Os estudantes se autoidentificam como “pobre”, “pobre, porém rico”, “classe média”, “rico em bens” e “rico em bens imateriais”. 69,5% se declararam como pobres, 26,3% como classe média e 4,2% como ricos.

A exploração e a desigualdade social são percebidas como se fossem normais e necessárias, não existe um juízo crítico sobre isso em nenhum dos dois grupos. É uma lógica de dominação, como se a população em situação de pobreza fosse incapaz de protagonizar sua vida, estando predestinada à submissão a trabalhos serviços, subalternos e de mão de obra barata: *“É né...Se não tiver pobre, como que o Brasil vai para a frente sem os garis, pedreiros e, etc.?”* (resposta de aluno do ensino médio).

Para um grande número de estudantes é quase impossível dar explicações para a desigualdade social: *“Se fosse fácil mudar, já teria acontecido”, “Tem coisa que não dá para mudar”*. Algumas respostas mencionam a hierarquia ocupacional: *“Se não tiver rico quem vai dar emprego para o pobre?”*, *“E o rico? Vai fazer o serviço do pobre?”*. Estas respostas assemelham-se a uma espécie de fatalismo, mas os estudantes não se sentem capazes e nem sabem que podem ser capazes de promover mudanças. Possivelmente, o pensamento está impregnado de ideologias que concebem a pobreza como responsabilidade individual da pessoa, que é a única culpada pela sua situação. Tal condição termina por repercutir na compreensão do seu entorno, cotidiano e na história de vida das pessoas, favorecendo assim, a inibição de questionamentos e enfrentamentos.

Considera-se grave o fato de os estudantes dos dois níveis de ensino acreditarem que a pobreza e a desigualdade sempre existiram e que assim continuará. Não há a mínima concepção de direitos humanos, de possibilidade de transformação social e qualquer indignação quanto às injustiças sofridas pelas pessoas.

Os estudantes de Pedagogia serão futuros professores, o que pressupõe uma postura mais crítica diante dos problemas sociais, pois serão agentes de transformação por meio da educação.

Os resultados demonstram a necessidade de programas para que as concepções, a respeito da pobreza e da desigualdade social, saiam da zona de banalização e as pessoas sintam-se agentes transformadores na busca de soluções para problemas tão graves que afetam a vida de milhões de pessoas.

As representações da realidade que as pessoas constroem determinam, em grande medida, suas possibilidades de ação sobre o mundo. É importante inserir, no contexto

educacional, temas como a pobreza e desigualdade social como objeto de estudo, sensibilizando os educandos para a necessidade de superação da pobreza e a promoção do desenvolvimento humano.

Para que ocorram mudanças na representação dos estudantes, é necessário buscar a mudança dos elementos que estruturam as representações. Esse estudo é elementar e com uma amostra pequena, contudo seus resultados chamam a atenção para o papel das instituições de ensino em estimular o desenvolvimento do pensamento crítico, que constitui a base da participação cidadã na perspectiva pessoal e profissional, com o objetivo de promover o fim das desigualdades e a erradicação da pobreza. Para que, assim, se possa compreender que: “o que nos move, com muita sensatez, não é a compreensão de que o mundo é privado de uma justiça completa, mas a de que à nossa volta existem injustiças claramente remediáveis que queremos eliminar” (SEN, 2011, p. 7).

Da mesma forma, ter conhecimento sobre o funcionamento econômico da sociedade, ou seja, uma alfabetização econômica, proveria os alunos de informações importantes para melhor compreensão de mecanismos de opressão e controle.

Referências

- AMAR, J.; ABELLO, R; y LLANOS, M. **Desarrollo de conceptos económicos en niños y adolescentes colombianos y su interacción en los sectores educativos y calidad de vida. Barranquilla:** Proyecto CIDHUM. Financiado por la Dirección de investigaciones y proyectos (DIP) de la Universidad Del Norte y Colciencias. 2000.
- AMAR, J.; ABELLO, R.; DENEGRI, M.; LLANOS, M. **Pensamiento económico de lo niños colombianos.** Análisis comparativo en la región Caribe. Barranquilla: Ediciones Uninorte. 2002.
- ARAÚJO, R. M. B. **Alfabetização econômica: compromisso social na educação das crianças.** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo. 2009.
- BESSA, S. **Alfabetização econômica, hábitos de consumo e atitudes em direção ao endividamento de estudantes de pedagogia.** Orly Zucatto Mantovani de Assis. 318f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas (Faculdade de Educação, UNICAMP), Campinas, 2008.
- BESSA, S.; FERMIANO, M. B. DENEGRI, M. C. Compreensão econômica de estudantes entre 10 e 15 anos. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p.410-419, 2014.
- BALDUS, B.; TRIBE, V. The development of perceptions and evaluation of social inequality among public school children. **Canadian Review of Sociology and Anthropology**, v. 15, p. 50-60, 1978.
- BERTI, A. E.; BOMBI, A. S. **The Child's construction of economics.** Cambridge: Cambridge University Press. 1988.

BURRIS, Val. Stages in the development of economic concepts. **Human Relations**, v. 36, n.9, p. 791-812, 1983.

BURGARD, D.; CHEYNE, W. M.; JAHODA, G. Children's representations of economic inequality: a replication. **British Journal Development Psychology**, v. 7, p. 275-287, 1989.

CANTELLI, V. B. **Procedimentos utilizados pelas famílias na educação econômica de seus filhos**. Orly Zucatto Mantovani de Assis. 415f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas (Faculdade de Educação, UNICAMP), Campinas, 2009.

CHAFEL, J. A. Societal images of poverty: child and adult beliefs. *Youth & Society*. v. 28, n. 4, p. 432-463 jun. 1997. In: AMAR, Jose. **Ensayos en Desarrollo Humano**. Barranquilla: Ediciones Uninorte. 2002.

CONNELL, R. W. Class consciousness in childhood. **Australian and New Zeland Journal of Sociology**, v. 6, p. 87-99, 1970.

DANZIGER, K. Children seariest conceptions of economic relationships. **Journal of Social Psychology**. 47, p. 231-240, 1958.

DELVAL, J.; SOTO, P.; FERNANDES, T.; DEANO, A.; GONZALES, E.; GIL, P.; CUEVAS, M. T. **Estructura y enlace de los conocimientos científicos: ciencias sociales**. Las nociones de economía y poder. Informe multicopiado. Universidad Autonoma de Madrid. 1971.

DELVAL, J. Stages in the child's construction of social knowledge. In: CARRETERO, M.; VOOS, J. F. (Orgs.). **Cognitive and instructional process in history and the social sciences**. Hilsdade: Lawrewnce Erlbaum Associates. 1994. p. 77-102

DELVAL, J. **Crescer e Pensar**. A construção do conhecimento na escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

DENEGRI, M. **El desarrollo de las ideas acerca del origen y la circulación del dinero: Un estudio evolutivo en niños y adolescentes**. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Autónoma de Madrid. 1995.

DENEGRI, M.; DELVAL, J.; RIPOL, M.; PALAVECINOS, M.; KELLER, A. Desarrollo del pensamiento económico em La infancia y adolescencia. **Boletín de Investigación Educativa**, Chile, v.13, p.291-308, 1998.

DENEGRI, M.; KELLER, A.; PALAVECINOS, M.; RIPOLL, M.; DELVAL, J. Psicogenesis de las representaciones acerca de la pobreza y desigualdad social: estudio evolutivo con niños y adolescentes de ciudades con funcionamiento financiero limitado de La IX región. Santiago de Chile, **Psykhé**, v. 17, n. 2, p. 13-24, 1998.

DENEGRI, M.; CABEZAS, D.; PÁEZ, A.; VARGAS, M. y SEPÚLVEDA, J. Alfabetización Económica en estudiantes universitarios de la carrera de Psicología. **Calidad en La Educación**, Santiago de Chile, v. 30, n. 1, p. 233-249, 2009.

DENEGRI, M.; GAETE, D. C.; ARAVENA, J. S.; ROJAS, C.V.; GOMES, Y.G.; VARGAS, H.M. Representaciones sociales sobre pobreza en estudiantes universitarios chilenos. **Liberabit**, Perú, v. 16, n. 2, p. 161-170, 2010.

EMLER, N.; OHANA, J.; DICKINSON, J. Children's representations of social relations. In: DUVEEN, G.; LLOYD, B. (Org). **Social representations and the development of knowledge**. p. 47-69. United Kingdom: Cambridge University Press, 1990.

FERMIANO, M. B. **Pré-adolescentes ("tweens") – desde a perspectiva da teoria piagetiana à da Psicologia Econômica**. Orly Zucatto Mantovani de Assis. 491f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas (Faculdade de Educação, UNICAMP), Campinas, 2010.

JUNIOR, J.F. M.; XIMENES, V. M. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. **Fractal. Revista. Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 76-83, 2016.

LEAHY, R. L. The development of the conception of economic inequality. Descriptions and comparison of rich and poor people. **Child Development**. v. 51, p. 523-532, 1981.

OLIVEIRA, M. **O desenvolvimento humano sustentável e os objetivos de desenvolvimento do milênio**. Recife/PE. Desenvolvimento humano no Recife: Atlas Municipal. Seção Secretarias-Planejamento Participativo e Obras-Projetos e Ações. 2005. Disponível em:
<http://www.recife.pe.gov.br/atlasdh/doc/analiticos/desenvolvimentohumano.pdf>
Acesso em: 11 jan. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano Regional para a América Latina e o Caribe**. Progresso Multidimensional: o bem-estar para além da renda. Nova Iorque, 2016. Disponível em:
<<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/undp-br-progressomultidimensional-2016.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SALMÓN, G. E. O longo caminho da luta contra a pobreza e seu alentador encontro com os direitos humanos. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. n. 7, ano 4, 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Schwarcz, 2017.

ZAVALETA REYLES, D. The ability to go about without shame: a proposal for internationally comparable indicators of shame and humiliation. **Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI)**. OPHI Working Paper, n. 3, may. 2007.

Submetido em 30/01/2018

Aprovado em 16/12/2019

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)